



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 321/11

Súmula: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e Execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2012.

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Art. 133, § 3º, da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2012, compreendendo:

- I- as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II- a projeção e a apresentação da receita para o exercício;
- III- os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV- a estrutura e organização dos orçamentos;
- V- as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI- as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VII- as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- VIII- as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- IX- disposições transitórias;
- X- demais disposições.

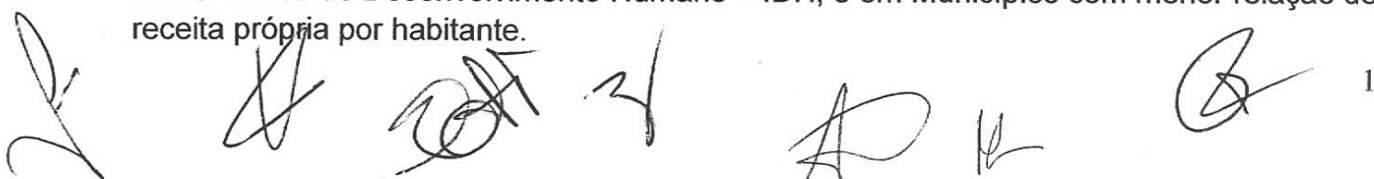
CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º. As metas e prioridades da Administração Pública Estadual, decorrentes das três grandes Estratégias de Governo: Paraná do Futuro, Novo Jeito de Governar e Desenvolvimento Integrado, para o exercício de 2012, serão estabelecidas no projeto de lei do Plano Plurianual relativo ao período de 2012 a 2015, que será encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa até 30 de setembro de 2011.

§ 1º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

Art. 3º. No Projeto de Lei Orçamentária Anual, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no Plano Plurianual, conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, e em Municípios com menor relação de receita própria por habitante.

 1



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

CAPÍTULO II
DA PROJEÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DA RECEITA PARA O EXERCÍCIO

Art. 4º. A Receita de Recolhimento Centralizado, para o exercício de 2012, será apresentada no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria Conjunta SOF/STN nº 01, de 30/06/2009.

Art. 5º. As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2012, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 27.158.104.000,00 (vinte e sete bilhões, cento e cinquenta e oito milhões, cento e quatro mil reais).

Art. 6º. As receitas previstas no artigo anterior e consequentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, serão atualizadas antes do início da execução orçamentária, desde que sejam verificadas alterações nos índices de atualização de preços, a partir de julho de 2011, que justifiquem uma reavaliação da previsão da receita, mediante critérios estabelecidos no próprio Projeto de Lei Orçamentária.

CAPÍTULO III
DOS CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 7º. A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público obedecerá aos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

I -	PODER LEGISLATIVO	5,00%
II -	PODER JUDICIÁRIO	9,50%
III -	MINISTÉRIO PÚBLICO.....	3,90%

Parágrafo único. Do percentual de 5,00% destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,90.

Art. 8º. Serão incluídos na base de cálculo da Receita Líquida, para estabelecimento dos valores dos Outros Poderes e do Ministério Público, as



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

transferências relativas à Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.

Art. 9º. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para inserir na Lei Orçamentária de 2012 recursos no montante de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais) para assegurar e viabilizar a estrutura administrativa e a manutenção da Defensoria Pública do Estado, com vistas a garantir o cumprimento das suas atribuições legais.

Art. 10. O Poder Executivo destinará para o Fundo da Cultura até 0,5% (meio por cento) da Receita Tributária Líquida do Estado, na forma prevista no § 6º do Artigo 216 da Constituição Federal.

Art. 11. O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2012 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após a dedução dos recursos destinados:

- I - à transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;
- II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos nos incisos do Art. 7º desta Lei;
- III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;
- IV - ao pagamento do serviço da dívida;
- V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o Art. 205 da Constituição Estadual, da Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná, do Decreto Estadual nº 1.952, de 24 de outubro de 2003 e demais normas legais;
- VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo no mínimo a 30%, da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos, de acordo com o Art. 185 da Constituição Estadual;
- VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000, correspondendo para 2012 a 12%, da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos;
- VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;
- IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;
- X - às contribuições do Estado ao Sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;
- XI - ao pagamento de sentenças judiciais;
- XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no Art. 38 desta Lei.



3



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

§1º. As despesas com ações e serviços públicos de saúde a que se refere o inciso VII do caput deste artigo, que representam os 12% da Receita Líquida de Impostos do Tesouro Geral do Estado, são aquelas relativas à prevenção, promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

- a) vigilância epidemiológica e controle de doenças;
- b) vigilância sanitária;
- c) vigilância nutricional, orientação alimentar e controle de deficiências nutricionais;
- d) assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;
- e) assistência farmacêutica;
- f) educação para a saúde;
- g) treinamento de recursos humanos para a área de saúde em especial para o SUS;
- h) pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico na área de saúde;
- i) produção, aquisição e distribuição de insumos específicos da área de saúde, tais como medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados, equipamentos, etc.;
- j) saneamento básico associado ao vetor saúde excetuando-se os decorrentes de tarifas, prioritariamente em cidades com baixo IDH.
- k) serviços de saúde de penitenciários, desde que firmado Termo de Cooperação específico entre os órgãos de saúde e os órgãos responsáveis pela prestação dos referidos serviços;
- l) atenção especial aos portadores de deficiência;
- m) ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde, indispensáveis para a execução das ações indicadas nos itens anteriores;
- n) assistência à saúde de usuários de drogas.

§2º. Os recursos a que se refere o inciso VII deste artigo serão alocados na Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 12. Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2012 à Assembleia Legislativa.

CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 13. Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, discriminarão o programa de trabalho por:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

- I - Unidade Orçamentária;
- II - Função;
- III - Subfunção;
- IV - Programa;
- V - Projeto, Atividade ou Operação Especial;
- VI - Categoria Econômica da Despesa;
- VII - Grupo de Despesa;
- VIII - Modalidade de Aplicação; e
- IX - Grupo de Fontes.

§ 1º. Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função, a subfunção e o programa ao qual se vincula.

§ 2º. Os conceitos de função, subfunção e programa, são aqueles dispostos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999.

§ 3º. Cada programa terá as ações necessárias para atingir os seus objetivos, identificadas sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, com a especificação dos valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela sua realização.

§ 4º. Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 5º. Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o inciso VII deste artigo, constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme especificação a seguir:

DESPESAS CORRENTES

Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais

Grupo 2 - Juros e Encargos da Dívida

Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Grupo 4 - Investimentos

Grupo 5 - Inversões Financeiras

Grupo 6 - Amortização da Dívida

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Grupo 9 - Reserva de Contingência



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

§ 6º. A Modalidade de Aplicação a que se refere o inciso VIII deste artigo, destina-se a indicar a forma como os recursos serão aplicados pelas unidades orçamentárias, e observará o seguinte detalhamento:

- 20 – Transferências à União;
- 22 – Execução Orçamentária Delegada à União;
- 30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal;
- 31 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo;
- 32 – Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal;
- 40 – Transferências a Municípios;
- 41 – Transferências a Municípios – Fundo a Fundo;
- 42 – Execução Orçamentária Delegada a Municípios;
- 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
- 60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;
- 70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais;
- 71 – Transferências a Consórcios Públicos;
- 72 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos;
- 80 – Transferências ao Exterior;
- 90 – Aplicações Diretas;
- 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (não utilizada pelo Estado do Paraná);
- 99 – A Definir (a ser utilizada pelo Poder Legislativo por ocasião da elaboração das emendas ao Projeto da Lei Orçamentária)

§ 7º. Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o inciso IX deste artigo, constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;
- Fonte 102 - Receita Condicionada da Contribuição do Servidor Público;
- Fonte 103 - Receita Condicionada da LC nº 87/96;
- Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE;
- Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;
- Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;
- Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis;
- Fonte 109 - Recursos Provenientes de Percentual sobre a Venda de Bilhetes de Passagens Intermunicipais para ações voltadas à Criança e ao Adolescente;
- Fonte 110 - Recursos para Estatização das Serventias do Foro Judicial;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

- Fonte 111 - Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em Encampação de Rodovias;
- Fonte 112 - Retornos dos Programas PROSAM / PEDU / PARANASAN;
- Fonte 115 - Receita Excedente dos Colégios Agrícolas;
- Fonte 123 - Renda do Fundo Penitenciário;
- Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública – FUNSAUDE;
- Fonte 125 - Venda de Ações e / ou Devolução de Créditos ou de Capital Subscrito ou não;
- Fonte 126 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;
- Fonte 127 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária – FEAP;
- Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco – FUNREFISCO;
- Fonte 129 - Taxas de Polícia – FUNRESPOL;
- Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social – Lei nº 11.091/95;
- Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;
- Fonte 138 - Taxa Ambiental;
- Fonte 139 - Fundo de Modernização da Polícia Militar – FUMPM;
- Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais – FDU;
- Fonte 146 - Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – FUNCB;
- Fonte 147 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Legal.

GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;
- Fonte 148 - Outros Convênios.

GRUPO 10 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE;
- Fonte 117 - Transferências da União – SUS;
- Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

GRUPO 15 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 120 - Operações de Crédito Internas;
- Fonte 142 - Operação de Crédito Externa – PR 12 Meses – Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável – PRODESUS/BIRD;
- Fonte 143 - Outras Operações de Crédito Externas.

GRUPO 95 – RECURSOS DE OUTRAS FONTES – compreendendo as seguintes fontes:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

- Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;
- Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;
- Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;
- Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro – FUNRESTRAN;
- Fonte 256 - Reposição Florestal – SERFLOR;
- Fonte 257 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas à Entidades da Administração Indireta por Determinação Legal;
- Fonte 258 - Diretamente Arrecadados com Utilização Vinculada;
- Fonte 270 - Aumento de Capital Social;
- Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior;
- Fonte 284 - Outros Convênios / Outras Transferências.

Art.14. O Orçamento de Investimento abrangerá as empresas independentes nas quais o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto, e dele constarão todos os investimentos a serem realizados, independentemente da fonte de financiamento utilizada.

Art. 15. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista não Dependentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade, segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento do Projeto da LDO/2012 à Assembleia Legislativa.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, a criação de novas fontes decorrentes de alterações de legislação ou de Operações de Crédito efetivadas após o encaminhamento do projeto da LDO/2012 à Assembleia Legislativa, dando ciência a Assembleia Legislativa.

Art. 18. O Programa de Obras será apresentado no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual, por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no Art. 133, § 7º da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo único. As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, devendo ser identificadas no Anexo V pelo Indicativo (A) em andamento.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 19. O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no Art. 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterá:

- I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;
- II - texto da Lei;
- III - anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros-resumo das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;
- IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o Art. 133, § 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;
- VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o Art. 133, § 6º, inciso III da Constituição Estadual;
- VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no Art. 133, § 7º da Constituição do Estado do Paraná; e
- VIII - anexo VI contendo o demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais, no que se refere a:
 - a) Poder Legislativo;
 - b) Poder Judiciário;
 - c) Ministério Público;
 - d) Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público;
 - e) Ações e Serviços Públicos de Saúde;
 - f) Ciência e Tecnologia.
- IX - anexo VII - as proposições parlamentares relativas às emendas a despesa;
- X - anexo VIII - as proposições parlamentares relativas às emendas ao conteúdo programático.
- XI - anexo IX - os cancelamentos efetuados para suportarem as emendas à despesa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

CAPÍTULO V
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS
ORÇAMENTOS DO ESTADO

Art. 20. A elaboração do Projeto de Lei, a sua aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2012, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo o acesso da sociedade às informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como, levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo Único. O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 21. Os repasses de recursos aos Outros Poderes e ao Ministério Público ocorrerão mensalmente, nos percentuais estabelecidos por esta lei, calculados sobre a previsão mensal de realização da receita e não com relação ao duodécimo dos valores orçados, compensando no mês seguinte o montante de repasse para mais ou para menos de acordo com a efetiva arrecadação do mês.

Art. 22. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º. Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º. Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

Art. 23. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 12 de setembro de 2011, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Parágrafo Único. No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não apresentarem suas propostas orçamentárias até o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a lançar os valores dentro dos limites fixados, utilizando como base a Lei Orçamentária do exercício anterior.

Art. 24. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites estabelecidos nesta Lei, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 25. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

Art. 26. Na programação da despesa não poderão ser:

- I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;
- III - incluídas despesas à título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do Art. 167, § 3º da Constituição Federal e do Art. 135, § 2º da Constituição Estadual;
- IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;
- V - incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;
- VI - fixadas despesas com valores simbólicos;
- VII - incluídas despesas decorrentes de "transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual", ou seja, de transferências dentro da mesma esfera de governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 27. As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 28. As unidades da administração indireta, deverão programar em seus orçamentos, recursos para pagamento de PASEP com recursos próprios, no mínimo no valor correspondente a 1% do valor da sua receita própria, ou seja, da sua receita diretamente arrecadada.

Art. 29. Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades; para evitar duplicidade, esses recursos serão apenas demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 30. O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado para compor o seu Orçamento de Investimento.

Art. 31. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, conterá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 32. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015.

Art. 33. As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais, correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais, especificadas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos e na Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da SEFA.

§ 1º. Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo (Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais), até o dia 20 de julho de 2011, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2011, para serem incluídos no orçamento de 2012, especificando:

- I- Número da ação originária;
- II- Número do precatório;
- III- Tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV- Enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V- Data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- VI- Valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2011, conforme Art. 98, § 5º da Constituição do Estado do Paraná);
- VII- Cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 34. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão/Unidade celebrante do contrato.

§ 1º. A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação, todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º. A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e na Portaria nº 339 STN, de 29 de agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 5.975, de 22 de julho de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 35. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 36. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do Art. 78, § 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 37. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta do Poder Executivo, para atender programas prioritários de Governo.

Art. 38. A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência no montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 39. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2012, conterá autorizações para abertura de créditos adicionais até o limite percentual de 5 % do valor global da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, excetuando-se as dotações referentes a recursos de Convênios, Acordos Nacionais e de Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de agosto de 2011, em especial:

- I - as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;
- II - a concessão e redução de isenções fiscais;
- III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º. Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no Art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º. Do cálculo da Receita Corrente Líquida serão excluídos os valores referentes ao diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o Art. 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL E
ENCARGOS SOCIAIS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES, COM BASE NA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Art. 41. No exercício financeiro de 2012 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% da Receita Corrente Líquida Estadual, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º. Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público, assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º. A repartição dos limites globais, de acordo com o Art. 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- a) 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;
- b) 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Judiciário;
- c) 49% (quarenta e nove por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Executivo;
- d) 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Ministério Público Estadual.

§ 3º. As contratações de pessoal e movimentações de quadros que impliquem em alterações salariais ou incremento de despesas de que trata o Art. 169, § 1º da Constituição Federal, somente poderão ocorrer se houver recursos orçamentários suficientes e se forem atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 42. Fica o Poder Executivo autorizado a fazer a Revisão Geral anual consoante ao disposto no artigo 37, inciso X da Constituição Federal, na data base fixada em lei estadual.

Art. 43. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo, será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES
DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 44. O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício, não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento, conforme determina o § 2º do artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 45. As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que, o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2012, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Art. 46. As receitas provenientes das Operações de Crédito em negociação, serão incorporados à receita prevista por ocasião da elaboração do Plano Plurianual – PPA 2012 – 2015 e da Lei Orçamentária Anual – LOA para 2012.

Art. 47. A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

- I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de crédito ao pequeno e médio empreendedor agrícola, industrial e comercial;
- II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso as formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;
- III - fomentar investimentos em atividades produtivas setoriais;
- IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;
- V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

- VI - fomentar e apoiar projetos destinados à implantação e desenvolvimento de iniciativas econômicas de natureza solidária, cooperativa e participativa, nas áreas de produção, distribuição e consumo;
- VII -fomentar a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, a estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do MERCOSUL e à geração de empregos;
- VIII-prestar o apoio financeiro necessário à execução das ações voltadas à realização da COPA FIFA 2014, através de recursos provenientes do FDE;
- IX- fomentar investimento e apoiar projetos regionais voltados à melhoria e à consolidação da infraestrutura rodoviária, aeroportuária, ferroviária e aquaviária do Estado;
- X -os empréstimos e financiamentos concedidos pela Agência de Fomento, deverão garantir, no mínimo a remuneração dos custos operacionais e de administração dos recursos, assegurando sua auto sustentabilidade financeira, ressalvados os casos disciplinados por legislação específica.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 48. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2012, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

CAPÍTULO XI DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 49. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas em conformidade com o disposto no Art. 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§1º. Não poderão ser cancelados recursos correspondentes à pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da administração pública, para se constituírem em recursos de emendas à despesa.

§ 2º. Não poderão ser canceladas dotações com recursos próprios (fontes 250 à 284), exceto quando se tratar de remanejamento de recursos dentro da unidade arrecadadora.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

§ 3º. Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

Art. 50. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentária Anual, até 31 de dezembro de 2011, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante, para o atendimento das seguintes despesas:

- I- pessoal e encargos sociais;
- II- transferências constitucionais e legais aos municípios, por repartição de receitas;
- III- serviços da dívida;
- IV- PASEP;
- V- demais despesas, à razão de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Art. 51. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, na forma do disposto no Art. 6º desta Lei.

Art. 52. O Governo do Estado publicará no Diário Oficial, trimestralmente, demonstrativo dos repasses para as Universidades Estaduais, contendo a receita prevista e a realizada a cada mês, disponibilizando-o por meio eletrônico pela Secretaria da Fazenda.

Art. 53. As Universidades Estaduais por Campus publicarão no Diário Oficial, trimestralmente, relatório detalhado contendo os repasses oriundos do Estado e de outras fontes, o número de alunos presenciais e a distância atendidos, bem como as despesas efetuadas para o desempenho de suas atividades, incluindo a execução de pesquisas.

Art. 54. O Governo do Estado através da Secretaria de Estado da Comunicação Social publicará no Diário Oficial, trimestralmente, relatório detalhado, contendo despesas efetuadas com publicidade.

Art. 55. Integram a presente Lei, de acordo com o disposto no Art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 56. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 57. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 2011.


DEP. NEREU MOURA
Presidente


DEP. ELIO RUSCH
Relator



ANEXO I - METAS FISCAIS

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

A execução orçamentária do exercício de 2010 obedeceu os critérios para liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto nº 6169, de 26 de janeiro de 2010. No referido exercício deu-se continuidade ao processo de Programação Orçamentária, via Sistema e-COP, onde as unidades da administração direta, indireta, empresas dependentes e fundos, alimentaram seus pleitos trimestrais, dentro de tetos estabelecidos de acordo com as projeções da receita e as prioridades de governo. As liberações financeiras foram realizadas segundo as disponibilidades do Tesouro Geral do Estado, em decorrência do efetivo ingresso das receitas.

No exercício financeiro de 2010 as Receitas não Financeiras, ou seja, as receitas totais, excluídas as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as receitas de alienação de ativos e as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, tiveram um acréscimo de 1,88% em relação aos valores previstos na LDO/2010.

As Despesas não Financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um acréscimo de 3,65%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas não Financeiras e Despesas não Financeiras, a meta do Resultado Primário realizado no exercício, ficou reduzida em 27,05% (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Metas Fiscais relativas a 2010 – Resultado Primário

Discriminação	Previsto na LDO (em R\$ 1000)	Realizado (em R\$ 1000)	Variação %
I Receitas não Financeiras	21.350.584	21.752.846	1,88%
II Despesas não Financeiras	20.125.081	20.858.807	3,65%
III Resultado Primário (I – II)	1.225.503	894.040	-27,05%

Fonte: SEFA/SEPL



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

As Tabelas 2 e 3 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2008 a 2010 e reprogramadas para 2011.

Tabela 2 – Metas Fiscais 2008-11 - Preços Correntes - em R\$ 1.000				
Discriminação	2008	2009	2010	(1) 2011
I. Resultado Primário Indicado na LDO	741.997	777.133	1.225.519	770.075
II. Resultado Primário Obtido	1.260.259	867.072	954.983	-242.423
III. Resultado Obtido - Indicado (II - I)	518.262	89.939	-270.536	-1.012.498
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	-765.967	-721.969	159.482	-402.153
V. Resultado Nominal Obtido (2)	1.928.594	-1.456.774	-351.489	2.702.783
VI. Resultado Obtido – Indicado (V - IV)	1.162.637	-734.805	-192.007	3.104.936

Fonte: SEFA/SEPL

(1) : Reprogramado.

(2) : O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tabela 3 – Metas Fiscais 2008-11 - Preços Constantes de 2011 - em R\$ 1.000				
Discriminação	2008	2009	2010	(1) 2011
I. Resultado Primário Indicado na LDO	856.198	858.454	1.278.339	770.075
II. Resultado Primário Obtido	1.454.226	957.804	935.572	-242.423
III. Resultado Obtido – Indicado (II - I)	598.028	99.350	-345.767	-1.012.498
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	-883.845	-797.518	166.356	-402.153
V. Resultado Nominal Obtido (2)	2.225.424	-1.594.054	2.517.882	2.702.783
VI. Resultado Obtido – Indicado (V - IV)	3.109.269	-796.536	2.684.238	3.104.936

Fonte: SEFA/SEPL

(1) : Reprogramado

(2) : O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A Tabela a seguir demonstra o cenário relativo aos principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas fiscais para o período de 2008 a 2014.

Tabela 4 – Indicadores Econômicos do Período de 2008 a 2014

Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
PIB do Brasil (variação %)	5,16	-0,64	7,61	4,5	4,5	4,5	4,50
PIB do Paraná (variação %)	4,28	-1,2	8,3	5,00	5,00	5,00	5,00
Inflação, IPCA (variação %)	4,46	5,90	4,31	6,02	5	4,50	4,50
Taxa de Câmbio, previsão BC (R\$/US\$)	1,77	2,34	1,74	1,7	1,75	1,8	1,83

Fonte: IBGE, Banco Central, IPARDES/SEPL



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

É importante destacar que a garantia de investimentos só será possível com o esforço em continuar a política fiscal assumida pelo Estado para os próximos exercícios, ou seja, de manter os superávits primários.

A previsão de superávits primários para o período de 2011 a 2014, na média de 0,40% do PIB do Paraná, supõe:

- a) o crescimento sustentável da economia do Estado;
- b) o incremento das receitas não financeiras;
- c) a execução do programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal;
- d) o controle sobre as despesas de manutenção da administração estadual.

As Tabelas 5 e 6 apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2011 a 2014, a preços correntes e constantes de 2011.

Tabela 5 – Metas Fiscais para o Período 2011-14
Resultado Primário

DISCRIMINAÇÃO	2011		2012		2013		Preços Correntes 2014	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITAS NÃO FINANCEIRAS	24.192.324	10,03	26.638.021	10,04	28.662.339	9,85	33.349.160	10,44
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	20.518.376	10,13	25.656.484	9,67	26.811.220	9,21	28.017.928	8,77
III. RESULTADO PRIMÁRIO	954.983	-0,10	981.537	0,37	1.851.119	0,64	5.331.232	1,67
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	15.193.896	6,30	16.000.222	0,60	16.673.219	5,73	17.361.749	5,44
V. RESULTADO NOMINAL	2.702.783	1,12	671.371	0,25	474.691	0,16	410.409	4,51

Fonte: SEPL/SEFA

Tabela 6 – Metas Fiscais para o Período 2011-14
Resultado Primário

DISCRIMINAÇÃO	2011		2012		2013		Preços Constantes de 2011 2014	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITAS NÃO FINANCEIRAS	24.192.324	10,03	24.883.740	10,04	25.499.756	9,85	28.527.651	10,44
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	20.518.376	10,13	23.966.844	9,67	23.852.888	9,21	23.967.190	8,77
III. RESULTADO PRIMÁRIO	954.983	-0,10	916.896	0,37	1.646.868	0,64	4.560.461	1,67
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	15.193.896	6,30	14.780.214	0,60	14.833.507	5,73	14.851.646	5,44
V. RESULTADO NOMINAL	2.702.783	1,12	627.157	0,25	422.314	0,16	351.073	4,51

Fonte: SEPL/SEFA

3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir, apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2008 a 2010. O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

(Assinaturas manuscritas)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Tabela 7 – Evolução do Patrimônio Líquido dos Três Últimos Exercícios

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008 (R\$ 1.000)	2009 (R\$ 1.000)	2010 (R\$ 1.000)
ATIVO FINANCEIRO	3.142.919	3.127.163	3.346.178
ATIVO PERMANENTE	12.583.094	15.689.933	17.945.919
SOMA DO ATIVO REAL	15.726.013	18.817.096	21.292.097
PASSIVO FINANCEIRO	1.678.701	1.837.740	2.177.947
PASSIVO PERMANENTE	20.313.202	20.228.812	18.474.712
SOMA DO PASSIVO REAL	21.991.903	22.066.553	20.652.659
SALDO PATRIMONIAL	-6.265.890	-3.249.457	639.438

Na evolução do Patrimônio Líquido do período, houve de 2008 para 2009, uma variação positiva da ordem de R\$ 3.016,4 milhões, pela redução do Passivo Real Descoberto, produzido pelo superávit patrimonial de 2009. De 2009 para 2010, houve uma variação positiva de R\$ 3.907,3 milhões, que superou o saldo patrimonial anterior, provocando Patrimônio Líquido positivo. Considerando o período de 2008 a 2010, essa oscilação determinou variação total positiva da importância de R\$ 6.905,3 milhões que, como consequência favorável, apresentou Saldo Patrimonial Credor, representativo do Patrimônio Líquido do Estado.

4. Avaliação do Regime de Previdência do Estado

O Regime Próprio de Previdência do Estado do Paraná é gerido pela PARANAPREVIDENCIA, Serviço Social Autônomo criado pela Lei-PR nº 12.398/98, mediante transformação do antigo IPE - Instituto de Previdência do Estado.

O modelo de seu financiamento, segundo Plano de Custeio estabelecido a partir de estudos atuariais realizados entre 1996 e 1998 e que resultaram na Avaliação Atuarial Inicial que acompanhou o ante-projeto que resultou na Lei-PR nº 12.398/98, pressupõe a migração gradativa do Regime de Repartição para o Regime de Capitalização, adotando-se, para tanto, o critério de segregação de massas, mediante constituição de dois Fundos de Natureza Previdenciária assim considerados o FUNDO DE PREVIDÊNCIA e o FUNDO FINANCEIRO, que passaram a ser geridos pela PARANAPREVIDENCIA.

Para o FUNDO DE PREVIDÊNCIA, englobando os servidores ativos, que na data de publicação da Lei-PR nº 12.398/98, contavam com menos de 50 anos, os homens e 45 anos, as mulheres, adotou-se, como forma de financiamento, o Regime de Capitalização, ao passo em que, para o FUNDO FINANCEIRO, que englobou os servidores que na data de publicação daquela Lei eram inativos, juntamente com os servidores ativos que naquela data contavam com idade superior a 50 anos, os homens e 45 anos, as mulheres, adotou-se, como forma de financiamento, o Regime de Repartição.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Desde a inauguração do novo modelo o Estado do Paraná buscou dar atendimento ao Plano de Custeio estabelecido (Tabela 8), tendo inclusive, transferido à PARANAPREVIDÊNCIA créditos oriundos dos royalties de Itaipu.

Tabela 8 – Plano de Custeio Estabelecido pela Lei-PR nº 12.398/98

Alíquota de Contribuição	Composição		Base de Cálculo
	Cont. do Estado	Cont. dos Servidores	
21,93*	10%	10%	Total da remuneração do cargo efetivo, proventos e pensão até R\$ 1.200,00
	14%	14%	Total de remuneração do cargo efetivo, proventos ou pensão que exceda a R\$ 1.200,00

* A transferência total do montante de contribuição resultante da incidência da alíquota total.

Para a avaliação do exercício de 2010, foram apurados os percentuais indicados na tabela a seguir, em face do Plano de Custeio vigente.

Tabela 9 – Plano de Custeio Vigente

Tipo de Cobertura	Custeio "Puro" * 1 Vigente (em % da folha de remuneração)
(1) Aposentadorias não Decorrentes de Invalidez	11,68%
(2) Aposentadorias Decorrentes de Invalidez	0,92%
(3) Pensão por Morte	3,63%
(4) = (1) + (2) + (3) Custo Normal Puro	16,23 %
(5) Custeio Suplementar Relativo à Amortização por Perpetuidade dos Serviços Passados	5,70 %
(6) = (4) + (5) Custeio Total Puro	21,93 %

*1 "Puro" significa que o Plano de Custeio, aqui apresentado, não inclui qualquer sobrecarga destinada ao custeio das despesas administrativas do Plano.

O Custeio Puro de 21,93%, que inclui a contribuição paritária do Estado do Paraná, considera a média original de 10,965% da contribuição dos segurados obtida a partir da taxa escalonada de contribuição de 10% sobre a parcela da renda mensal não excedente a R\$ 1.200,00 e de 14% sobre a parcela da renda mensal excedente aos referidos R\$ 1.200,00. Também, esse custeio de 21,93% pressupõe que sobre a totalidade dos proventos de inatividade e sobre as pensões incidem uma contribuição total (segurado + paridade contributiva do Estado) de 21,93%, sem qualquer exceção.

Ao longo do tempo, a execução do Plano de Custeio sofreu uma série de intercorrências de ordem estrutural e conjuntural. Sob a ótica estrutural, destacam-se a não realização da contribuição de inativos e pensionistas nos níveis determinados e o questionamento judicial na progressividade da alíquota de contribuição, o que, na prática, tem feito com que o nível de contribuição dos servidores ativos se dê em índice equivalente a 10%, quando o esperado seria uma contribuição média da ordem de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

10,96%. Do ponto de vista conjuntural, destacam-se a sobrevivência das Emendas Constitucionais nºs 41 e 47, o expressivo acréscimo no número de servidores admitidos pelos concursos públicos realizados pelo Estado, a reestruturação dos Quadros e Carreiras do Estado. Incorporando às remunerações, proventos e pensões, ganhos e recomposições salariais significativas, bem acima das previsões atuariais.

É importante destacar, também, que em vista dos Convênios firmados, o Fundo de Previdência vem assumindo o encargo com o pagamento dos beneficiários de todos os Poderes do Estado, precisamente, dos segurados classificados para o Fundo de Previdência. O Estado do Paraná é hoje, o único ente federado que possui uma gestão previdenciária centralizada em um único Órgão Gestor.

O cumprimento, pelo Estado, quanto à execução do Plano de Custeio vigente, demonstra um Ativo Líquido vinculado ao Fundo de Previdência na ordem de R\$ 10,3 bilhões, conforme explicitado no Balanço do exercício de 2010 da PARANAPREVIDÊNCIA. E mesmo com a indicação desse ativo, o Parecer Atuarial que trata da situação financeira/atuarial do Fundo de Previdência, emitido pelo atuário externo da PARANAPREVIDÊNCIA, indica a existência de déficit.

A Tabela a seguir - Tabela 10 – demonstra a situação do regime previdenciário do Estado.

Tabela – 10 Reservas Matemáticas Estimadas
Quadro Comparativo nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Reservas Matemáticas	2008	2009	2010
(1) Benefícios Concedidos	3.213.018.318,00	4.045.726.486,51	5.680.679.803,14
(2) Benefícios a Conceder	8.737.955.389,00	10.977.737.837,37	14.406.469.337,90
(3) = (1) + (2) Benefícios Concedidos e a Conceder	11.950.973.707,00	15.023.464.323,88	20.087.149.141,04
(4) Reserva a Amortizar de Serviços Passados	(4.759.426.310,00)	(5.442.829.292,00)	-6.354.800.956,00
(5) = (3) + (4) Reservas Matemáticas	7.191.547.397,00	9.580.635.031,88	13.732.348.185,04
(6) = (7) – (5) Resultado Técnico	(245.781.371,98)	(1.017.846.676,15)	-3.442.130.614,04
(7) = Ativo Líquido do Fundo de Previdência	6.945.766.025,02	8.562.788.355,73	10.290.217.571,00

5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), estabeleceu o Demonstrativo de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem, para o ente público, a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (Art. 17 da LC 101/2000).

Estas despesas, por apresentarem caráter de acréscimo permanente, somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2012.

Tabela 11 – Saldo da Margem de Expansão em 2012		Em R\$ 1000
Discriminação		2012
1. Arrecadação de Tributos e Contribuições		1.794.689
2. Transferências Constitucionais e Legais		430.785
3. Saldo (1-2)		1.363.904
4. Despesas Comprometidas		1.363.061
Pessoal		503.914
PASEP		5.886
Precatórios		16.975
Instalação da Defensoria Pública		28.000
Ações relativas à COPA FIFA 2014		5.000
Vinculação aos Outros Poderes		264.341
Vinculação para a Saúde		126.982
Vinculação para o Ensino Público		394.988
Vinculação para a Ciência e Tecnologia		16.975
5. Margem de Expansão		843





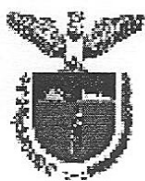
ANEXO II – RISCOS FISCAIS

A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2012, conta com riscos fiscais decorrentes da incerteza dos reflexos gerados pela não definição da Reforma Tributária até o encaminhamento deste projeto de lei para apreciação da Assembleia Legislativa.

O estabelecimento do valor do piso salarial nacional, assim como, a alteração do horário de trabalho dos professores, que poderão dedicar um terço de sua carga horária à hora atividade, ficando neste período fora da sala de aula, acarretará o comprometimento de mais recursos do Tesouro Geral do Estado com a folha de Pessoal e Encargos Sociais, haja vista, a necessidade de se recompor o quadro de professores.

A regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, tramitando no Congresso Nacional, pode refletir num aumento de despesas não previsto até então.

Qualquer proposta de novas vinculações, ou de aumento de percentual de vinculação da Receita de Recolhimento Centralizado do Estado pelos Outros Poderes e Ministério Público, poderão inviabilizar o programa de trabalho do Poder Executivo para o exercício. A Tabela 11 demonstra margem mínima de expansão, o que permite dizer que qualquer acréscimo de vinculação não poderá ser suportado com a previsão de receita apresentada na composição deste documento.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 321/11

Trata-se do Projeto de Lei nº 321/11, oriundo da Mensagem Governamental nº 09/11 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2012.

À Lei de Diretrizes Orçamentárias - L.D.O., para o exercício de 2012, foram apresentadas um total de 29 (vinte e nove) emendas, das quais foram acolhidas 22 (vinte e duas) e não acatadas 7 (sete) emendas.

As emendas acatadas, o foram face à sua absoluta compatibilidade com as disposições constitucionais e legais atinentes à matéria orçamentária, além de reforçarem as prerrogativas do Poder Legislativo quanto à fiscalização orçamentária.

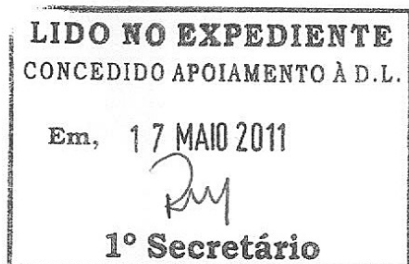
Procurou-se incorporar ao texto todas aquelas Emendas que total ou parcialmente, retratavam com fidelidade e valorizavam a função fiscalizadora desta Casa de Leis.

Quanto às Emendas que não foram acatadas, a rejeição se deu em face de motivos como: a incompatibilidade com a estrutura da norma à Lei Plurianual - PPA, inoportunidade da proposta - já que em muitos dos casos o momento tecnicamente adequado para proceder às alterações nelas indicados será quando da apreciação, por este Poder, da Lei Orçamentária e PPA - ou ainda por infringirem dispositivos da Constituição Estadual, Portaria Interministerial Nº163/01 bem como da Lei Nº 4.320/86, que versa sobre matéria orçamentária.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 419.....2011.

**Súmula: Institui o ano de 2011 como o ano do CENTENÁRIO DA IGREJA
EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS DO BRASIL.**

Art. 1º Fica instituído o ano de 2011 como o ano do Centenário da Igreja Evangélica Assembléia de Deus do Brasil.

Art. 2º As comemorações que se realizarem no âmbito do Estado do Paraná deverão constar do Calendário Estadual Oficial.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 2011.

CANTORA MARA LIMA

Deputada Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

JUSTIFICATIVA

D. L.

Fls. 03

Em 1910 teve início a história da Igreja evangélica Assembléia de Deus no Brasil, na cidade de Belém, capital do estado do Paraná. Surgida do trabalho de uma missão norte-americana onde dois jovens suecos, Gunnar Vingren e Daniel Berg, um ano antes, 1909, decidiram que estariam disponíveis para realizar a missão.

Contra a vontade de muitos, inclusive da própria igreja a que pertenciam os dois jovens, chegaram, pelo navio Clement, a Belém do Pará, convictos do propósito de Deus para suas vidas.

Ao desembarcarem não encontraram ninguém para recebê-los, mas acompanharam outras pessoas que iam para a cidade e confiando em Deus oravam pedindo orientações de Deus e conheceram o pastor Nelson Justus, que era americano e que sabendo dos recém chegados eram batistas, e eles o acompanharam até a Igreja Batista de Belém, localizada na Rua João Balby, nº 406, cujo pastor era Jerônimo Teixeira de Souza e onde depois de alguns dias passaram a morar,

Pregavam o batismo do Espírito Santo e a irmã Celina Albuquerque foi a primeira brasileira a receber o batismo do Espírito Santo no dia 08 de junho de 1911.

O ocorrido dentro da Igreja Batista causou muito incomodo dentro da igreja e o clima começou a ficar tenso e em meio a essa tensão ficou definida a exclusão de 19 pessoas da igreja que eram a favor do batismo e de falar em "línguas", incluindo José Plácido e o Pastor Jerônimo Teixeira de Souza em janeiro de 1911.

Essas mesmas pessoas excluídas da igreja decidiram então se organizar como Igreja no dia 18 de junho de 1911. Foi fundada assim a Missão da Fé Apostólica, que em 1918 passou a chamar-se Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

Em resumo, este ano comemora-se o CENTENÁRIO DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS, razões que nos levam a propor o presente Projeto.



PARECER AO PROJETO Nº 419/11

AUTOR: Deputada Estadual Cantora Mara Lima

Súmula: Institui o Ano de 2011 como o Ano do Centenário da Igreja Evangélica Assembléia de Deus do Brasil.

EMENTA: INSERE O ANO DE 2011 COMO O ANO DO CENTENÁRIO DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS DO BRASIL. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTÁ-LA, ARTS.24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA AFERIDA, ART. 65 E 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria da Deputada Estadual Cantora Mara Lima, objetiva inserir o Ano de 2011 como o Ano do Centenário da Igreja Evangélica Assembléia de Deus do Brasil.

FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência de o Estado garantir o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscado, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, se não vejamos:

Art.24º , caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215 , caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, e seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestações da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os valores essenciais de pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público com a colaboração da comunidade de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas.¹

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124- – A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único: Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Corroborando com tal entendimento, a Constituição Estadual do Paraná, senão vejamos:


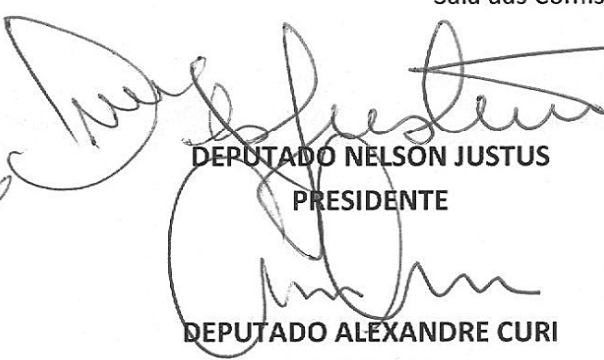
Art. 65 – A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.


Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO – Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

ⁱ DE MORAES, Alexandre . Direito Constitucional. Ed. Atlas: São Paulo, 2007.22ª. Ed. Pg. 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Turismo

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 419/2011

Projeto de Lei nº. 419/2011

Autor: Deputada Cantora Mara Lima

Súmula: Institui o ano de 2011 como ano do centenário da Igreja Evangélica Assembleia de Deus do Brasil.


O presente Projeto de Lei, de autoria da nobre Deputada Cantora Mara Lima, tem por objetivo instituir o ano de 2011 como o ano do Centenário da Igreja Evangélica Assembleia de Deus do Brasil. Encontra-se tramitando em regime de urgência segundo protocolo 3353/11 aprovado no dia 21/06/11.

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 27/06/2011, tendo como relator o nobre Deputado Alexandre Curi, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.


No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que nada consta no Calendário Oficial do Estado nesse sentido.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2011.


ANIBELLI NETO
Presidente


BERNARDO CARLI
Relator


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



~~ANTE~~PROJETO DE LEI Nº 532/11

Súmula: Reajusta, conforme especifica, o vencimento básico dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º Fica concedido reajuste no percentual de 5,04% (cinco vírgula zero quatro por cento) na referência salarial inicial das tabelas do vencimento básico, com o consequente reflexo nos interníveis, de todos os ocupantes de cargos efetivos e de provimento em comissão dos Quadros dos Servidores Ministério Público do Estado do Paraná, em observância ao disposto no inciso X, do artigo 27, da Constituição Estadual e no art. 5º da Lei nº 16.175, de 10 de julho de 2009.

§ 1º O percentual a que se refere o *caput* deste artigo corresponde ao IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acumulado, relativo ao período compreendido entre os meses de maio de 2007 a abril de 2008 e incidirá sobre as tabelas atuais dos Anexos I, II, III, IV e V, da Lei dos Quadros dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

§ 2º O disposto nesta lei se aplica aos inativos originários do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná, inclusive aos proventos decorrentes de aposentadorias de servidores alcançados pela Emenda Constitucional Federal nº 41/2003 sem paridade assegurada.

§ 3º. Ficam reajustados, no mesmo percentual, os proventos de aposentadoria e os benefícios dos geradores de pensão do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná, concedidos com fundamento no artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no artigo 2º da mesma emenda, regulamentada pela Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Art. 2º A concessão do reajuste nos percentuais fixados no artigo anterior e a implementação em folha de pagamento ficam condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira, ao comportamento da receita ao longo do exercício de 2011 e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná e pela Parana previdência, nos casos que lhe couberem.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01 de maio de 2011.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA



O presente Anteprojeto propõe o reajuste de 5,04% (cinco vírgula zero quatro por cento) na referência inicial das tabelas do vencimento básico, com o consequente reflexo nos interníveis, de todos os ocupantes de cargos efetivos e de provimento em comissão dos Quadros dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná (art. 1º).

A presente proposta consubstancia reposição salarial e encontra amparo na revisão geral anual, assegurada pelo inciso X, do art. 27, da Constituição do Estado, a todos servidores estaduais, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio do mês em curso, data base da categoria instituída pelo art. 5º da Lei nº 16.175, de 10 de julho de 2009.

A aplicação do percentual de 5,04% (cinco vírgula zero quatro por cento), extensível aos servidores inativos e pensionistas, (art. 1º, §§ 2º e 3º), corresponde ao IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado, relativo ao período compreendido entre os meses de maio de 2007 e abril de 2008 (5,04%), não concedido na época oportuna porquanto o Ministério Público, em razão de dificuldade orçamentária e financeira, promovia defasada¹ reposição inflacionária anual na remuneração dos seus servidores. Ou seja, em 28 de julho de 2008, por intermédio da Lei nº 15.914, aos seus servidores foi concedido reajuste de 6,57% (seis vírgula cinquenta e sete por cento) correspondente ao IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado, relativo ao período compreendido entre os meses de outubro de 2005 e abril de 2007, enquanto os servidores do Poder Judiciário

¹ Diversamente dos servidores do Poder Judiciário (Lei nº 15.639/2007), do Poder Executivo (Lei nº 15.512/2007) e do Tribunal de Contas (Lei nº 15.748/2007), no ano de 2007 os servidores do Ministério Público não obtiveram recomposição nos seus vencimentos relativa à perda inflacionária do período de compreendido entre outubro de 2005 e abril de 2007, o que só veio a se concretizar no ano seguinte, por meio da Lei nº 15.914/2008).

9



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



(Lei nº 15.799/08), do Poder Executivo (Lei nº 15.843/08) e do Tribunal de Contas (Lei nº 15.955/08), já haviam obtido este reajuste percentual.

Registre-se que com esta medida a atual administração do Ministério Público, além de estar cumprindo uma das suas metas, atualiza todas as reposições inflacionárias devidas aos seus servidores, nos termos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 2493-PR, que declarou em mora o Estado do Paraná *"quanto à observância do preceito constitucional, desde junho de 1999, quando transcorridos os primeiros doze meses da data da edição da referida EC nº 19/98"* que, dando nova redação ao art. 37, inciso X, da Constituição Federal, assegurou aos servidores públicos *"revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices"*.

Cumprе ressaltar que, conforme estudos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos – DAFRE, o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, no montante de R\$ 234.598,30 duzentos e trinta e quatro mil, quinhentos e noventa e oito reais e trintacentavos), corresponde a um acréscimo de 1,002% (um vírgula zero zero dois por cento), tendo referida despesa previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 16.739, de 29.12.2010), conforme Informação nº 0727/11, do Departamento Financeiro - DF.

Por igual, demonstrou o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (cf. Informação nº 0729/11) que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição (computados os ativos e inativos) no presente exercício (mai/dez), será de 0,011% (zero vírgula zero um um por cento) em relação à receita corrente líquida, passando com este acréscimo para 1,555% (um vírgula cinco cinco cinco por cento), donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial).



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada, por unanimidade, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 09 de maio próximo passado.

9

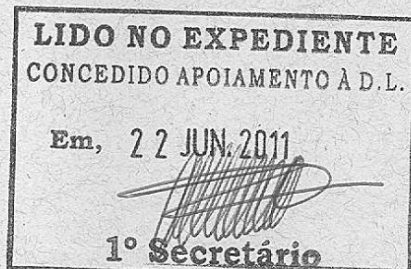
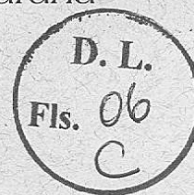


MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Ofício nº 1143/11-GAB

Curitiba, 22 de junho de 2011.



I - À DAP p/ leitura no Expediente

II - À D.L. p/ apreciação
C. 22. Junho. 2011

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso *Anteprojeto de lei* que dispõe sobre recomposição anual dos vencimentos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal e do Quadro de Oficiais de Promotoria do Ministério Público do Paraná.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto

Procurador Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado VALDIR ROSSONI

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Nesta Capital

10:54 22/06/2011 004881 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 532/11

Projeto de Lei nº. 532/11

Autor: Ministério Público – Oficial nº 1143/11

Súmula: Reajusta, conforme especifica, o vencimento básico dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: CONCEDE REAJUSTE AO VENCIMENTO BÁSICO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. INICIATIVA PRIVATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 27, 65 E 114 DA CE. ART. 127 DA CF. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Ministério Público propõe reajuste de 5,04% (cinco vírgula zero quatro por cento) na referência inicial das tabelas do vencimento básico, com o conseqüente reflexo nos interníveis, de todos os ocupantes de cargos efetivos e de provimento em comissão dos Quadros de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Procurador Geral de Justiça, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição Estadual, em seu artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifos nossos)

assim dispõe:

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

O jurista José Afonso da Silva leciona que "(...) das normas constitucionais sobre o Ministério Público, que lhe afirmam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional e lhe asseguram autonomia administrativa, facultando-lhe, observado o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

disposto no art. 169, '**propor ao Poder Legislativo** a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e de provas e títulos, **a política remuneratória** e os planos de carreira'. Dá-se-lhe, assim, **o poder de iniciativa de leis nessas matérias**'¹.

Além disso, foi respeitado o artigo 27 da Constituição Estadual, o qual estabelece que a remuneração dos servidores somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e

¹ SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Malheiros Editores. SP.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

financeira, tendo em vista que o mesmo foi apresentado em sua justificativa.

Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor ao Poder Legislativo o reajuste do vencimento básico de seus servidores.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO
RELATOR









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 532/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo § 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, examinar a Proposição de autoria do Ministério Público, que dispõe sobre o reajuste no percentual de 5,04% (cinco vírgula zero quatro) por cento na referência salarial inicial das tabelas do vencimento básico, com o conseqüente reflexo nos interníveis, de todos os ocupantes de cargos efetivos e de provimento em comissão dos Quadros dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, em observância ao disposto no inciso X, do artigo 27, da Constituição Estadual e no art. 5º da Lei nº 16.175, de 10 de julho de 2009.

Convém inicialmente ressaltar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável a matéria em questão.

No que compete a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná e pela Parana Previdência, nos casos que lhe couberem.

Conforme constata-se na própria justificativa do autor, a concessão do reajuste, fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, e ao comportamento da receita ao longo do exercício de 2011 e as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

De igual modo, estudos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos-DAFRE, nos mostram que o impacto financeiro mensal na folha de pagamento é no montante de R\$234.598,30 (duzentos e trinta e quatro mil, quinhentos e noventa e oito



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

reais e trinta centavos), correspondendo a um acréscimo de 1,002% (um vírgula zero zero dois) por cento, tendo a despesa previsão na Lei Orçamentária Anual nº. 16.739, de 29 de dezembro de 2010, de acordo com a Informação nº 0727/11, do Departamento Financeiro.

Diante do acima exposto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 28/06/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR



